

**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**

COMARCA de São Carlos

FORO DE SÃO CARLOS

VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL

RUA SORBONE, 375, SÃO CARLOS - SP - CEP 13560-760

SENTENÇA

Processo Digital nº: **0005684-27.2018.8.26.0566**
Classe – Assunto: **Procedimento do Juizado Especial Cível - Rescisão do contrato e devolução do dinheiro**
Requerente: **JOÃO HELIO CASONATO**
Requerido: **PRIME WEB SERVIÇOS DIGITAIS LTDA.**

Juiz(a) de Direito: Dr(a). Silvio Moura Sales

Vistos.

Dispensado o relatório, na forma do art. 38, *caput*, parte final, da Lei nº 9.099/95, e afigurando-se suficientes os elementos contidos nos autos à imediata prolação da sentença,

D E C I D O.

Trata-se de ação em que o autor alegou ter celebrado com a ré um contrato de prestação de serviços por intermédio do qual ela se comprometeu a fornecer-lhe consultoria técnica digital para criação e desenvolvimento de *website* para pessoa física ou jurídica.

Alegou ainda que fez pagamentos a esse título, mas a ré deixou de cumprir as obrigações que lhe tocavam.

Almeja à rescisão do contrato e à devolução dos valores pagos.

A hipótese vertente concerne a relação de consumo, preenchidos que estão os requisitos dos arts. 2º e 3º do Código de Defesa do Consumidor.


TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

COMARCA de São Carlos

FORO DE SÃO CARLOS

VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL

RUA SORBONE, 375, SÃO CARLOS - SP - CEP 13560-760

Aplica-se por isso, dentre outras regras, a da inversão do ônus da prova (art. 6º, inc. VIII, parte final, do CDC), a qual leva em conta a hipossuficiência do consumidor sob o ângulo técnico e não econômico.

É o que leciona **RIZZATTO NUNES**:

“A vulnerabilidade, como vimos, é o conceito que afirma a fragilidade econômica do consumidor e também técnica. Mas hipossuficiência, para fins da possibilidade de inversão do ônus da prova, tem sentido de desconhecimento técnico e informativo do produto e do serviço, de suas propriedades, de seu funcionamento vital e/ou intrínseco, dos modos especiais de controle, dos aspectos que podem ter gerado o acidente de consumo e o dano, das características do vício etc.” (“Comentários ao Código de Defesa do Consumidor”, Ed. Saraiva, 2011, p. 218).

Como o autor ostenta esse *status* em relação à ré, relativamente aos fatos trazidos à colação, aquela norma tem incidência na espécie.

Assentada essa premissa, os documentos de fls. 14/36 indicam que a ré não cumpriu integralmente as obrigações assumidas perante o autor, pois não denotam a localização da empresa Capas Santa Catarina em busca levada à cabo em 01/06/2018 junto ao *google*.

É relevante notar que a ré não impugnou específica e concretamente tais provas, como seria de rigor.

Os documentos amealhados a fls. 100/156, a seu turno, não se afiguram suficientes para a contraposição àqueles, porquanto obtidos em data posterior, isto é, 09/06/2018.

Ademais, o contrato de fls. 06/12 teria abrangência regional e nacional, como se vê a fls. 06 (*“Quantidade de Páginas: 20 regionais + 10 nacionais”*) e 07 (*“30 páginas (20 palavras chaves regionais + 10 palavras chaves Brasil)”*).

Por outro lado, as reclamações e preocupações do autor foram externadas muito tempo antes da propositura da presente ação.

A título de exemplo, na mensagem de fl. 43, elaborada em 22 de março, o autor assevera que *“estamos com 64 dias de contrato e ainda não me deu nenhum retorno. Você tinha me falado que em 45 dias eu já começaria a ter resultados ... Cara, estou com um pouco de medo de estar perdendo dinheiro ... O que faremos?”*.

A ré, então, responde: *“Bom dia João. Eu entendo sua preocupação, porém o seu site foi finalizado em 12/03/2018, o robô do google ainda nem passou no seu site. Peço gentilmente um pouco mais de paciência, pois tenho certeza que você não está perdendo dinheiro, o trabalho dará bastante retorno.”* (fls. 97/98).

**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**

COMARCA de São Carlos

FORO DE SÃO CARLOS

VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL

RUA SORBONE, 375, SÃO CARLOS - SP - CEP 13560-760

O panorama não se alterou e no dia 17 de abril a ré encaminha mensagem ao autor em resposta a outra que recebera do mesmo no dia anterior com o seguinte conteúdo:

"Bom dia João. Eu entendo sua preocupação, porém o seu site foi publicado 12/03/2018, e realmente ainda não está com o posicio ... te disse peço que tenha um pouco mais de paciência, pois tenho certeza que vai bombar" (fl. 47).

Fica claro com isso que a ré no mínimo acenou com resultados positivos ao autor nas tratativas que antecederam o ajuste trazido à colação, sem que se concretizassem posteriormente.

A conjugação de todos esses elementos leva à convicção de que assiste razão ao autor no que concerne à rescisão do contrato.

Tal alternativa impõe-se seja porque a ré como salientado não cumpriu todas as obrigações assumidas, seja porque o cenário que ela delineou ao autor, seguramente decisivo para que anuísse à contratação, não se perfez.

Todavia, a devolução integral do montante pago não se revela razoável, já que como a ré prestou serviços ao autor (fls. 100/156) a opção implicaria a inconcebível falta de contraprestação a eles.

Bem por isso, e atendo às regras do art. 6º da Lei nº 9.099/95, reputo que essa restituição deverá limitar-se à metade do valor pago pelo autor, remanescendo o restante para a ré.

Isto posto, **JULGO PROCEDENTE EM PARTE** a ação para declarar a rescisão do contrato tratado nos autos e a inexigibilidade de débitos ao autor em função dele, bem como para condenar a ré a pagar ao autor a quantia de R\$ 1.533,08, acrescida de correção monetária, a partir do ajuizamento da ação, e juros de mora, contados da citação.

Torno definitiva a decisão de fls. 64, item 1.

Deixo de proceder à condenação ao pagamento de custas e honorários advocatícios, com fundamento no art. 55, *caput*, da Lei nº 9.099/95.

Publique-se e intimem-se.

São Carlos, 04 de outubro de 2018.

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,
CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**